





verve

Nota sobre a 2ª aula do curso “Do governo dos vivos”

nota sobre a 2ª aula do curso “do governo dos vivos” de michel foucault

edelcio ottaviani

Esta aula que foi transcrita e traduzida por ocasião da complementação de minhas pesquisas no Programa de Pós-doutorado em Filosofia da PUC-SP, realizadas tanto no Instituto de Memória e Estudos Contemporâneos (IMEC), na antiga Abadia d’Ardenes (Caen), quanto na Escola Normal Superior (Paris). Ela retoma o tema da *relação saber-poder a partir da Tragédia Édipo-Rei*, abordado anteriormente por Foucault no segundo capítulo de *A Verdade e as Formas Jurídicas*,¹ realizado com um leve deslocamento. Como foi dito na segunda conferência, trata-se de analisar não o mito de Édipo em termos de desejo, mas a tragédia de Sófocles como uma exposição dramática da *pesquisa judiciária da verdade*.² Uma espécie de jogo em

Edelcio Ottaviani é professor doutor do Departamento de Teologia da PUC-SP.

verve, 17: 149-153, 2010

149



que irrompe o estabelecimento da construção da verdade pelo inquérito e pela prova, o qual *Édipo Rei* de Sófocles dá um testemunho brilhante. A aula faz transparecer, com uma riqueza muito maior, o que Foucault procurou apresentar como *hipótese de trabalho* em seu ciclo de palestras, ministrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: o exercício do poder é sempre acompanhado por uma manifestação ritual da verdade (*aléthourgie*).³ Segundo Foucault, trata-se de mostrar “como não é possível dirigir os homens sem fazer operações da ordem da verdade.”⁴ Esta aula se inscreve no tema geral do *Governo dos Vivos* e pretende auxiliar na resposta à seguinte questão: “Como foi possível que numa sociedade como a nossa, o poder não se exerça sem que a verdade se manifeste na forma de subjetividade? E, de outra parte, espera-se nessa manifestação da verdade, sob a forma de subjetividade, efeitos que estão para além da ordem do conhecimento, que são da ordem da salvação e da libertação para cada um e para todos. De maneira geral, o tema que eu gostaria de abordar esse ano é: como em nossa civilização foram colocadas em funcionamento as relações entre o governo dos homens, a manifestação da verdade sob a forma de subjetividade e a salvação para todos e para cada um?”⁵

Para Foucault, a resposta a esta questão faz com que o *topos*, a partir do qual ela se desenha, não seja o mesmo da pesquisa anterior. Ao introduzir o tema da subjetividade, Foucault procurará refletir não somente sobre as ações de uns sobre as ações dos outros — em que se abre “todo um campo de respostas, reações, efeito, invenções possíveis”,⁶ e, conseqüentemente, da impossibilidade de pensar uma sociedade sem relações de poder —, mas



Nota sobre a 2ª aula do curso "Do governo dos vivos"

também as formas de problematizar “os modos pelos quais efetivamente se aceita o poder.”⁷

A importância da segunda aula, com a retomada da tragédia Édipo-Rei, é devida à ênfase que Foucault dará à relação *exercício de poder e manifestação de verdade*, salientando a *série de mecanismos de instauração e construção da verdade*, tão necessária à manutenção do governo, que não é outra coisa do que o poder de ‘conduzir condutas’, operando um deslocamento para o âmbito do ‘ver e do dizer a verdade’. É apresentada a temática daquilo que será objeto dos cursos posteriores: *le dire vrai* (dizer verdadeiro), ou a coragem da verdade, como forma de desestabilização do poder. Quando Creonte se vê acusado por Édipo de ter criado um complô contra ele, este lhe diz ‘Se você trouxe um oráculo ruim e se, sobretudo, você fez chegar até aqui Tirésias que me acusa, é que você quer tomar o poder em meu lugar’. Édipo vê seu poder ameaçado por uma palavra que se diz verdadeira. Mas, o exercício do poder não está somente imerso num jogo de manifestações de verdade, ele também está imerso num jogo de mentira. Como diz Foucault, “para que, efetivamente, o que ele havia predito no momento do nascimento de Édipo: ‘ele matará seu pai e dormirá com sua mãe’; para que esta palavra seja efetivamente verdadeira, o que teve que acontecer necessariamente? Foi necessário um certo número de coisas, no centro do qual o que encontramos? Bem, a *mentira* dos escravos! Pois, se, efetivamente, o escravo ao qual Jocasta havia dado a criança, Édipo, tivesse feito o que lhe haviam dito, ele teria matado Édipo. Mas, se ele não o matou, ele desobedeceu [à ordem].”⁸

Será, no entanto, o dizer-verdadeiro que, em suma, trará à luz a verdade. Sem o *dizer-verdadeiro* (*le dire-vrai*



[*parrésias*]) dos escravos, o dizer-verdadeiro dos deuses não teria se sustentado e a profecia referendada. Posteriormente, Foucault nos fará refletir sobre este *dizer-verdadeiro* que tem por mérito *fazer ver* e também *dizer* que “qualquer poder, qualquer que seja ele, não é de pleno direito aceitável, ou não é absoluta e definitivamente inevitável.”⁹

Aproveito a ocasião para agradecer à Prof^a Silvana Tótora pelas enriquecedoras conversas em torno de um café e pelas indicações temáticas e bibliográficas que me fizeram enveredar pelos caminhos de Foucault, à Prof^a Salma Tannus, pelo acompanhamento de minhas pesquisas no Pós-doutorado sobre *Poder Pastoral e Governamentalidade* e pelas portas que me abriu no IMEC e na ENS e, finalmente, à Prof^a Claude Imbert pela instigante acolhida em seu *bureau* no Pavillon Pasteur (ENS) e suas preciosas considerações e contribuições no âmbito da pesquisa.

Notas

¹ Conjunto de cinco conferências pronunciadas por ele de 21 a 25 de maio de 1973, no Rio de Janeiro.

² Michel Foucault. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro, NAU, 2009, p. 31.

³ Em uma mesa redonda, por ocasião do seu ciclo de palestras no Rio de Janeiro, Foucault responde a Luiz Costa Lima a respeito da relação saber-poder, à luz da interpretação de Dumézil concernente à prática do discurso no interior das práticas sociais: “Na linha de Dumézil, Vernant e outros, retomou-se o mito assírio e mostrou-se que esses grandes mitos da juventude do mundo eram mitos que tinham por função essencial, restaurar, revigorar



Nota sobre a 2ª aula do curso "Do governo dos vivos"

o poder real. Cada vez que um rei substituía outro, ou tinha terminado o período de seus quatro anos de reinado, e devia começar outro, recitavam-se ritos que tinham por função revigorar o poder real ou a própria pessoa do rei. Logo, vemos esse problema do discurso como ritual, como prática, como estratégia no interior das práticas sociais." (Idem, p. 145).

⁴ Michel Foucault. "Do governo dos vivos" in *Verve*, vol. 12. Transcrição e tradução de Nildo Avelino. São Paulo, Nu-sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP), 2007, p. 289.

⁵ Idem, p. 290.

⁶ cf. Paul Rabnow; Hubert Dreyfus. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995, p. 243. Como eles mesmos dizem: "[O exercício do poder] é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre de uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações."

⁷ Michel Foucault, 2007, op. cit., p. 294.

⁸ Nessa revista, à p. 185. (N.E.)

⁹ Michel Foucault, 2007, op. cit., p. 294.

